

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições societárias, apresentamos o Relatório da Administração da Souza Cruz S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

1) Contexto do exercício

Em 2011, a economia brasileira foi influenciada pela redução na atividade industrial e pela crise econômica vivenciada pelos principais países europeus. O desempenho da atividade industrial pode ser justificado, principalmente, pela maior oferta de produtos importados no país face a uma política cambial favorável, e também por algumas ações governamentais com o objetivo de conter a ascensão dos índices inflacionários. Dentre essas ações, destacam-se a contenção de investimentos públicos e as constantes intervenções do Banco Central nos mercados de moeda e de câmbio.

Não obstante, o mercado interno continuou a ser o principal vetor de sustentação da economia nacional haja vista o aumento do poder aquisitivo das famílias brasileiras, corroborado pelas migrações de parte da população das classes "E" e "D" para as classes "D" e "C", respectivamente. Além disso, ao longo dos últimos 2 anos, o fluxo de negócios entre o Brasil e o mercado internacional, destacadamente o continente europeu, vem arrefecendo. Como resultado, houve uma retração nas cotações das principais commodities comercializadas pelas empresas brasileiras, além de uma redução no fluxo de entradas de divisas estrangeiras.

Para 2012, é esperado um aquecimento do mercado interno, que deve ser avançado principalmente pelos investimentos públicos em projetos de infraestrutura e esportivos, dentre eles a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016. Contudo, em que pese a relevância desse mercado para a economia brasileira, sua performance em 2012 dependerá, também, da recuperação dos países da Zona do Euro e da estabilização dos níveis de crescimento da economia norte-americana.

Mercado de cigarros

O volume total de cigarros comercializados no mercado brasileiro em 2011, estimado em cerca de 81,2 bilhões de unidades, apresentou um ligeiro crescimento de 0,6% em relação a 2010. Esse acréscimo está diretamente associado ao maior volume comercializado no mercado ilegal de cigarros, o qual aumentou em mais de 6% quando comparado com 2010.

A alta carga tributária sobre cigarros continua sendo o principal fator de estímulo à comercialização informal do produto no Brasil, seja por aquelas empresas que operam sem amparo fiscal e/ou regulatório ou pela via do contrabando. Em que pesem os resultados positivos obtidos pelas autoridades brasileiras por meio de fiscalizações mais frequentes e de um controle de fronteiras mais rigoroso, a participação do mercado ilegal de cigarros no Brasil é estimada em 28% do consumo brasileiro de cigarros e representa mais de R\$ 2 bilhões em evasão de impostos.

Ainda no ambiente fiscal, em 14 de dezembro de 2011 foi sancionada pela presidência da república a Lei nº 12.546, a qual aprovou a alteração do sistema de tributação de IPI de cigarros. Além do regime geral, suportado pelo sistema "ad valorem" com alíquota de 45% sobre o preço de venda no varejo de cigarros, foi criado o regime especial de apuração, baseado na combinação dos sistemas "ad valorem" e "ad rem"; esta última fixada em reais por vintena com base nas características do produto. Os valores das alíquotas do sistema "ad valorem", no regime especial de apuração, passarão a valer a partir de 2012.

A partir de 2012, o Poder Executivo também poderá fixar o preço mínimo de venda de cigarro no varejo, válido em todo o território nacional, abaixo do qual fica proibida sua comercialização. Se implementada, o descumprimento dessa regra por parte do varejista varia desde a apreensão das mercadorias até a vedação de se comercializar cigarros por um prazo de 5 anos. Pelo lado do fabricante, a penalidade pode sujeitá-lo ao cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros. Trata-se de um importante passo dado pelo Governo na direção de se combater a concorrência desleal. A efetividade da implementação do preço mínimo para cigarros dependerá muito dos esforços de fiscalização por parte das autoridades governamentais.

No âmbito regulatório, a referida Lei nº 12.546 assegurou a exposição de cigarros nos pontos de venda, diferentemente do que havia sido proposto pela ANVISA na Consulta Pública nº 117, proibindo-se, porém, a propaganda em painéis e cartazes dentro dos pontos de venda. Além disso, ficou garantido que novas advertências na parte inferior frontal - limitada a 30% - das cartelas somente poderão ser inseridas a partir de 2016. Por fim, uniformizou-se em nível nacional a legislação que proíbe o fumo em ambientes fechados, garantindo-se assim o hábito de fumar em locais abertos.

Mercado de fumo

A safra 2010/2011 registrou a maior produtividade e o terceiro maior volume da história do tabaco brasileiro na Região Sul. De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra, a produção total da safra 2010/2011 na Região Sul atingiu 833 mil toneladas, ou seja, um crescimento de mais de 20% em relação à safra 2009/2010, quando foram produzidas aproximadamente 692 mil toneladas.

Como consequência da maior oferta do produto, foram gerados aproximadamente R\$ 4,1 bilhões em receita para os produtores de fumo dessa região. Estima-se que a produção de fumo seja a fonte complementar de renda de cerca de 200 mil pequenos produtores rurais em mais de 700 municípios, com importante contribuição social, envolvendo direta e indiretamente mais de 2,5 milhões de pessoas no processo (Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco 2011).

Atualmente, o Brasil é o 3º maior produtor de tabaco do mundo, atrás de China e Índia, porém ainda se mantém como líder na exportação mundial do produto. Em 2011, 546 mil toneladas de fumo e seus derivados foram exportadas, volume 8% superior ao do ano anterior quando foram embarcadas 506 mil toneladas. O faturamento obtido com essas exportações foi 7% superior ao de 2010 e atingiu o montante de US\$ 2,9 bilhões (Fonte: Ministério da Agricultura).

Principais clientes do fumo brasileiro (Fonte: SINDITABACO - 2010)

Mercados do Tabaco Brasileiro



2) Desempenho operacional da Companhia

Cigarros

A exemplo do ano de 2010, a Companhia deu continuidade ao fortalecimento do portfólio de marcas com ações de marketing direcionadas para suas marcas "Premium", sobretudo Dunhill, Free e Lucky Strike. Dentre algumas ações, destacam-se remodelagem do portfólio com lançamentos de novas versões, modificações em embalagens, ofertas de edições limitadas com o objetivo de alavancar oportunidades no mercado. No segmento "Value for Money", a Souza Cruz continuou implementando diversas iniciativas para desenvolver suas marcas locais com o objetivo de minimizar as reduções de volume e de participação de mercado face à pressão do mercado ilegal de cigarros.

Essas ações contribuíram para a Companhia atingir o volume de 70,9 bilhões de cigarros comercializados em 2011, 1,5% inferior aos 71,9 bilhões vendidos no ano de 2010. No entanto, esse desempenho deve ser considerado bom dado o crescimento do mercado ilegal na indústria brasileira de cigarros e o reajuste médio de preços da ordem de 8%, compensados de certa forma pelo crescimento de volume das marcas "Premium" em aproximadamente 7% como resultado da estratégia mencionada anteriormente.

Dessa forma, a participação da Companhia no mercado total alcançou 61,0%, representando uma redução de 1,3 p.p. em relação a 2010. Essa variação decorre preponderantemente da redução no percentual de participação das marcas do segmento "Value for Money", haja vista que a participação das marcas do segmento "Premium" aumentou em 0,7 p.p. quando comparada com 2010.

Evolução da participação no mercado e do volume de vendas



Resultados das principais marcas em 2011 (Fonte: relatório de acompanhamento de mercado):

- **Dunhill** – Apresentou um excelente desempenho em 2011 encerrando o ano com uma participação de 8,1% no mercado total, além de ter atingido seu maior volume de vendas nos últimos 20 anos.
- **Free** – Manteve sua forte performance em 2011 tendo a participação no mercado total ultrapassado 10% do mercado total de cigarros. Além disso, a marca Free alcançou a participação histórica de quase 17% no mix da família de produtos comercializados pela Companhia.
- **Lucky Strike** – Atingiu sua marca histórica de vendas de mais de 1 bilhão de unidades comercializadas, com destaque para a versão "Click & Roll" que corresponde a quase 60% do mix da família.
- **Hollywood** – O lançamento da nova plataforma de embalagens da marca no último trimestre de 2011 contribuiu de forma significativa para sua recuperação de vendas, as quais encerraram 2011 superiores em 2% em relação ao ano anterior. Além disso, sua participação de mercado aumentou em 0,1 p.p. a despeito das desfavoráveis condições do mercado.
- **Derby** – Atingiu um volume de vendas de 29,5 bilhões de cigarros em 2011 e sua participação no mercado total foi de 25,4%, inferior em 2,7 p.p. quando comparada a 2010. Essa redução está associada diretamente às pressões exercidas pelo comércio ilegal de cigarros.

Exportação de fumo

As exportações de fumo em 2011 totalizaram 96,6 mil toneladas. Esse volume foi aproximadamente 4% superior ao obtido em 2010 (93,2 mil toneladas) e contempla negociações de volumes de fumo da safra de 2010, mas que só foram embarcadas em 2011 em conformidade com o cronograma de exportações definido pelos clientes. Esse resultado já reflete os recentes movimentos de verticalização da indústria de cigarros no mundo, sobretudo no que se refere ao processamento de fumo.

Nesse contexto, a Companhia celebrou contrato para exportação de fumo com empresa do Grupo BAT, denominada British American Tobacco (GLP) Limited. Esse contrato foi firmado por longo prazo e passou a vigorar a partir de 2011, com garantia mínima de demanda e potencial para crescimento, de forma a garantir maior previsibilidade do fluxo de embarques. A celebração desse contrato possibilita à Companhia reduzir imobilização de capital e contratar os fumicultores por longo prazo, o que contribui para a sustentabilidade do negócio de fumo no Brasil.

As receitas de exportação de fumo da Companhia totalizaram R\$ 1.057,6 milhões (R\$ 1.039,0 milhões em 2010) e foram positivamente impactadas pelos preços praticados em US dólares, que apresentaram um ligeiro crescimento de 3% em relação a 2010. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar em aproximadamente 5%, no comparativo dos períodos, influenciou negativamente essas receitas.

Evolução dos volumes de exportação de fumo (em mil toneladas)

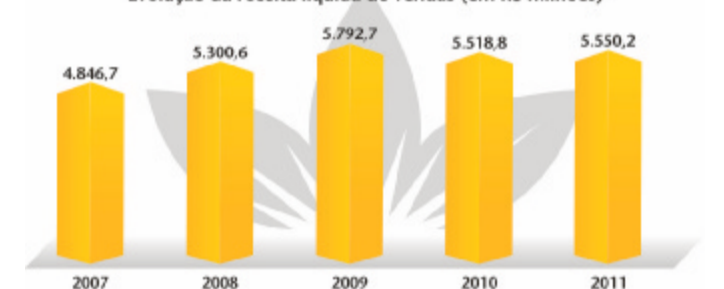


3) Resultados financeiros

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício de 2011 manteve-se praticamente em linha com o ano anterior e alcançou R\$ 5.550,2 milhões. No segmento de cigarros, houve um crescimento de aproximadamente 11% em relação a 2010 como consequência dos melhores preços praticados combinado com um perfil de vendas mais influenciado pelas marcas "Premium", dentre elas Dunhill, Free e Lucky Strike. No segmento de exportação de fumo, apesar dos maiores volumes e melhores preços praticados em US dólares, as receitas foram influenciadas negativamente pela apreciação média do real em relação à moeda americana em aproximadamente 5%.

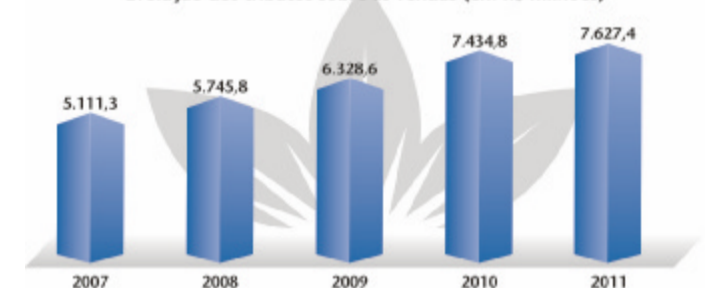
Evolução da receita líquida de vendas (em R\$ milhões)



Tributos sobre vendas

A Souza Cruz continua a se posicionar entre os 10 maiores contribuintes de tributos no Brasil. Em 2011, gerou R\$ 7.627,4 milhões de tributos sobre vendas. Nos últimos cinco anos, somente os tributos sobre vendas da Souza Cruz aumentaram em média 10% ao ano, e totalizaram um incremento de R\$ 2,5 bilhões.

Evolução dos tributos sobre as vendas (em R\$ milhões)



Lucro operacional

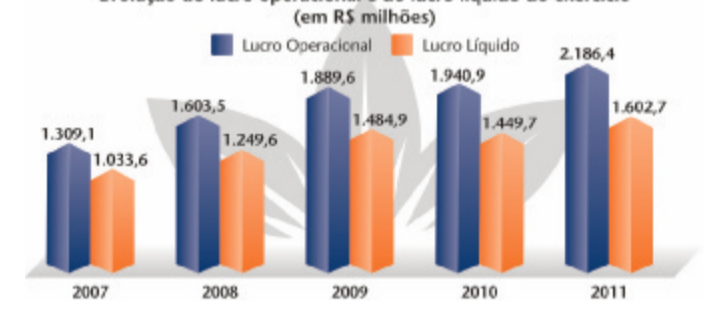
O lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro foi de R\$ 2.186,4 milhões, sendo aproximadamente 13% superior ao registrado no ano anterior (R\$ 1.940,9 milhões), e reflete principalmente:

- ✓ Melhor mix de vendas, com maior participação das marcas "Premium", e maiores preços dos cigarros;
- ✓ Maiores volumes de fumo exportados combinado com melhores preços praticados em US dólares;
- ✓ Apreciação média do real em relação ao dólar o que impactou negativamente os resultados do negócio de exportação de fumo.

Lucro líquido do exercício

Em 2011, o lucro líquido consolidado atingiu o montante de R\$ 1.602,7 milhões, superior em 10% se comparado ao ano anterior (R\$ 1.449,7 milhões).

Evolução do lucro operacional e do lucro líquido do exercício



EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) atingiu R\$ 2.357,3 milhões, apresentando um crescimento de 13% em relação a 2010 (R\$ 2.095,1 milhões), principalmente como consequência do crescimento no lucro operacional.

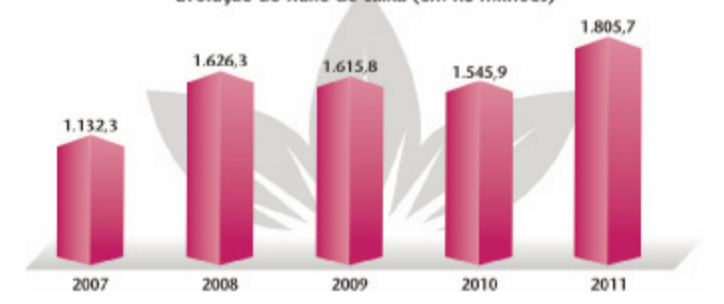
Evolução do EBITDA e Margem EBITDA



Geração operacional de caixa

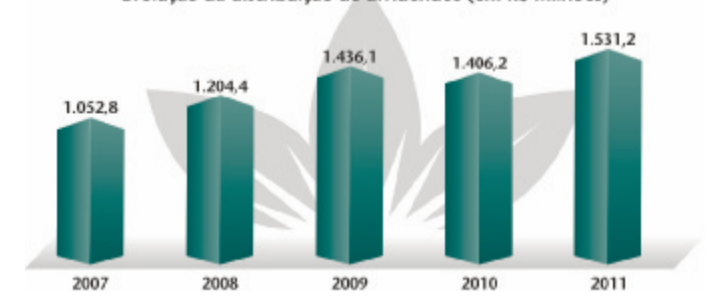
Em 2011, a geração operacional de caixa continua sendo a principal fonte de recursos da Companhia e alcançou R\$ 1.805,7 milhões, ou seja, superior em 16,8% quando comparada a 2010. A forte geração de caixa continua a permitir a manutenção de uma agressiva política de distribuição de dividendos.

Evolução do fluxo de caixa (em R\$ milhões)



Ao longo dos últimos 5 anos, a Companhia vem distribuindo de forma crescente, aos seus acionistas, parte significativa de sua geração operacional de caixa.

Evolução da distribuição de dividendos (em R\$ milhões)



Valor adicionado

A Souza Cruz gerou um valor adicionado consolidado de R\$ 10.570,8 milhões em 2011, 5,4% superior ao de 2010 (R\$ 10.026,0 milhões), o qual representa a riqueza criada pela Companhia e suas controladas.

Distribuição do valor adicionado:

	R\$ Milhões	2010	2010	2011	2011
Governo		79,3%	7.950,1	78,3%	8.272,4
Acionistas		13,3%	1.333,7	14,2%	1.504,2
Colaboradores		5,7%	568,4	5,8%	613,9
Financiadores		0,6%	57,4	0,8%	80,5
Reinvestimento		1,2%	116,4	0,9%	99,8
			10.026,0		10.570,8

Principais Indicadores Financeiros

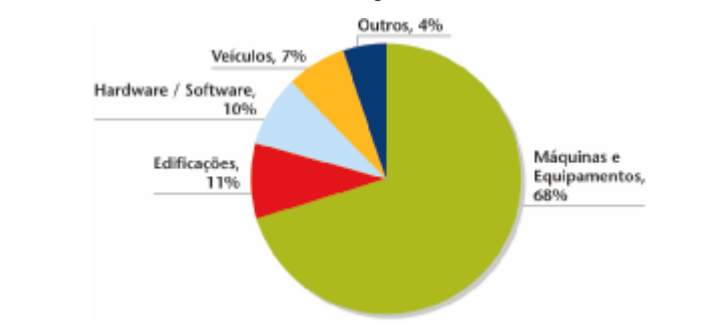
Resumo dos principais indicadores financeiros consolidados da Companhia nos exercícios de 2011 e 2010:

	2010	2011	%
Lucro líquido (R\$ milhões)	1.449,7	1.602,7	11%
Lucro líquido por ação	0,95	1,05	11%
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	2.095,5	2.079,2	-1%
Patrimônio líquido por ação	1,37	1,36	-1%
EBITDA (R\$ milhões)	2.095,1	2.357,3	13%
Geração operacional de caixa (R\$ milhões)	1.545,9	1.805,7	17%

4) Programa de investimentos

Em 2011, os investimentos somaram R\$ 215,9 milhões (R\$ 171,0 milhões em 2010) e foram aplicados, principalmente, na modernização do parque industrial, frota de veículos e em projetos para atualização de processos e da instalação de marcas. Como parte destes investimentos, destacam-se: (a) aquisições de maquinários e instalações em decorrência da diversificação do portfólio de marcas de cigarros, (b) substituição de equipamentos de informática e (c) renovação da frota de veículos de distribuição.

Em 2011, os investimentos foram distribuídos da seguinte forma:



5) Premiações

Como resultado da dedicação de seus colaboradores e às suas ações sustentáveis, a Souza Cruz vem sendo permanentemente reconhecida como uma organização de excelência no meio empresarial brasileiro e internacional. Esse reconhecimento pode ser comprovado por meio das premiações recebidas ao longo dos últimos anos.

Em 2011, a Companhia foi homenageada com diversos prêmios, que reforçam ainda mais seu compromisso com a sociedade e com altos padrões de qualidade, produtividade e governança corporativa. Os principais prêmios recebidos pela Souza Cruz ao longo de 2011 foram:

✓ **Top Employers Brazil 2012**
 A Souza Cruz recebeu o prêmio Top Employers Brazil 2012, entregue pelo CRF Institute. A certificação é concedida para as organizações com os mais altos padrões em Recursos Humanos, com base na análise objetiva das suas políticas e práticas de RH.

✓ **50 Melhores em Práticas de Gestão de Pessoas**
 Pelo segundo ano consecutivo, a Souza Cruz ficou entre as 50 Melhores Empresas Brasileiras em Práticas de Gestão de Pessoas (PGPs), de acordo com o estudo realizado pela Revista Gestão & RH, neste ano.

✓ **Certificado de Empresa Cidadã**
 Comprometida com a sustentabilidade do negócio em toda a sua cadeia produtiva, a Companhia recebeu em novembro o Certificado de Empresa Cidadã, oferecido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

✓ **Troféu Transparência**
 A Souza Cruz foi uma das empresas contempladas na 15ª edição do Troféu Transparência realizado pela Pipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), em parceria com a Anefac (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) e a Sersa Experian.

✓ **Prêmio Abrasca**
 A Souza Cruz foi a grande vencedora do Prêmio Abrasca de Criação de Valor na categoria Bebidas e Fumo. As melhores empresas de 2011, em cada setor da economia, foram eleitas a partir de critérios qualitativos, de liquidez, de cálculo de valor criado.

✓ **Prêmio IstoÉ Dinheiro**
 A Souza Cruz foi eleita, mais uma vez, a melhor empresa no setor de Bebidas e Fumo no ranking "As Melhores do Dinheiro", organizado pela Editora Três, que publica a revista IstoÉ Dinheiro.

✓ **Grau máximo de responsabilidade social empresarial**
 O compromisso da Souza Cruz com a sustentabilidade foi reconhecido pelo Fórum de Gestão Sustentável 2011, que entregou a empresa o Certificado de Gestão de Excelência.

✓ **Prêmio Melhores e Maiores da Revista Exame**
 Na 38ª edição do prêmio Melhores e Maiores da Revista Exame (Editora Abril) a Souza Cruz foi premiada, pela quinta vez, como a 1ª colocada entre as Melhores Empresas do setor de Bens de Consumo.

✓ **Prêmio Destaque Agência Estado**
 Na 11ª edição do Prêmio Destaque Agência Estado, a Souza Cruz mais uma vez garantiu sua participação entre as dez maiores empresas do Brasil, alcançando o 7º lugar no ranking da premiação.

6) Negociações das ações

	Quantidade de ações negociadas (Milhões)	Número de negócios (Mil)	Valor negociado (R\$ Milhões)	Cotação R\$ Fechamento	Índice BOVESPA Fechamento
2010	67,2	276,8	4.996,4	18,08	69.304
2011	220,2	686,5	5.140,7	22,91	56.754
Var % 2011/2010	227,7%	148,0%	2,9%	26,7%	-18,1%

Em março de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta de desdobramento das ações da Companhia à razão de 1 para 5. Como consequência, o volume e a quantidade de ações negociadas aumentaram de forma significativa em relação ao ano de 2010.

A despeito do cenário de instabilidade econômica mundial ao longo de 2011, refletida também no mercado de ações brasileiro, a cotação das ações da Companhia apresentou um crescimento de aproximadamente 27% em relação a 2010, sendo uma das 10 mais valorizadas em 2011.

7) Remuneração dos acionistas

Em 31 de dezembro de 2011, a administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 699,5 milhões, a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas. Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 25,7 milhões declarados em dezembro de 2011 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 806,0 milhões, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2011 totalizara R\$ 1.531,2 milhões (cerca de R\$ 1,00 por ação), representando aproximadamente 96% do lucro líquido consolidado do exercício de 2011.

Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data dos seus respectivos pagamentos.

8) Instituto Souza Cruz

Consolidando seu foco de atuação direcionado à sustentabilidade do campo brasileiro, o Instituto Souza Cruz manteve junto ao Ministério da Justiça a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e suas principais realizações em 2011 podem ser resumidas como segue.

O Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) manteve suas turmas nas regiões Sul e Nordeste, em aliança estabelecidas com diversos parceiros, dentre os quais o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor); o Movimento de Organização Comunitária (MOC); e a Agência de Desenvolvimento Local (Adel), atingindo o patamar de 506 jovens formados.

Liderando a Rede Jovem Rural, o Instituto realizou a "IV Jornada Nacional do Jovem Rural: Por uma Agricultura Familiar, Profissional e Inovadora", no Espírito Santo, reunindo 400 jovens de todas as regiões brasileiras. Posteriormente, os resultados do evento foram apresentados na Sessão Especial "Juventude e Agricultura Familiar", ocorrida na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

No âmbito internacional, o Instituto Souza Cruz participou do "Seminário Internacional para Jovens Líderes Rurais", na Alemanha, e do programa "Rotas de Aprendizagem", na Colômbia, eventos promovidos por importantes instituições como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O Concurso de Monografias "Sustentabilidade do Campo", promovido pelo Instituto, premiou seis estudantes de graduação e pós-graduação com trabalhos de final de curso voltado para a temática, em cerimônia realizada na Câmara dos Deputados em Brasília.

Na área de produção e difusão de conhecimento, o Instituto Souza Cruz lançou a 12ª edição da revista Marco Social, cujo tema foi "Bases para a Prosperidade do Campo", além da publicação "Conexões Rurais", socializando as boas práticas da agricultura familiar mapeadas durante o III Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira.

9) Sustentabilidade

A estratégia de Sustentabilidade da Souza Cruz reflete sua preocupação com a adoção e manutenção de elevados

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
ATIVO CIRCULANTE:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(8)	1.216,8	1.550,9	1.166,5	1.082,2
Contas a Receber	(9)	344,6	457,2	338,5	373,1
Estoques	(10)	1.031,9	924,3	1.026,6	919,8
Tributos a Recuperar		57,3	73,2	57,0	72,9
Despesas e Impostos Antecipados		197,1	170,8	196,7	170,0
Outros		11,7	5,8	11,8	5,6
		2.859,4	3.182,2	2.797,1	2.623,6
ATIVO NÃO CIRCULANTE:					
Contas a Receber	(8)	3,7	6,8	3,6	6,8
Estoques	(10)	13,2	11,0	13,2	11,0
Tributos a Recuperar		88,5	57,3	88,5	29,1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(24a)	158,5	163,2	154,7	153,9
Depósitos Judiciais	(16b)	182,0	133,2	181,9	130,0
Despesas Antecipadas		22,4	33,9	22,4	33,9
Investimentos em Sociedades Controladas e Coligada	(11)	11,7	11,7	1.243,1	1.638,5
Imobilizado	(12)	853,7	788,0	843,6	778,4
Intangível	(13)	54,9	65,6	53,5	65,5
Outros		5,8	21,3	-	0,2
		1.394,4	1.292,0	2.604,5	2.847,3
TOTAL DO ATIVO		4.253,8	4.474,2	5.401,6	5.470,9
PASSIVO CIRCULANTE:					
Empréstimos e Financiamentos	(14)	204,8	520,5	487,8	520,5
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7)	27,6	-	27,6	-
Fornecedores		191,9	94,4	190,4	92,3
Imposto de Renda e Contribuição Social		162,3	140,0	162,3	139,8
Tributos a Recolher sobre Vendas		710,2	705,2	710,2	705,2
Remuneração dos Acionistas	(18c)	30,4	33,7	29,6	33,7
Salários e Encargos Sociais		221,6	203,2	221,5	203,2
Adiantamentos de Clientes		3,6	15,3	3,6	10,6
Outros Passivos Operacionais	(15)	16,4	49,6	16,4	48,8
Outras Contas a Pagar		23,7	70,5	22,4	65,2
		1.592,5	1.832,4	1.871,8	1.819,3
PASSIVO NÃO CIRCULANTE:					
Sociedade Ligada	(14)	-	-	877,9	1.034,3
Provisões para Contingências	(16a)	152,7	146,5	152,7	131,3
Outros Passivos Operacionais	(15)	52,1	53,0	41,9	41,8
Incentivos Fiscais	(17)	355,5	333,2	355,5	333,2
Tributos e Outras Contas a Pagar		21,8	13,6	21,8	13,6
		582,1	546,3	1.449,8	1.554,2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital Social Realizado	(18)	854,7	854,7	854,7	854,7
Reservas de Capital		1,9	1,9	1,9	1,9
Reservas de Lucros		298,2	229,9	298,2	229,9
Ajustes de Avaliação Patrimonial		224,9	259,9	225,7	261,8
Dividendo Adicional Proposto		699,5	749,1	699,5	749,1
		2.079,2	2.095,5	2.080,0	2.097,4
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.253,8	4.474,2	5.401,6	5.470,9

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais (exceto pelo lucro líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS					
Custo dos Produtos Vendidos	(20)	5.550,2	5.518,8	5.523,0	5.364,2
		1.792,4	2.134,9	1.781,8	2.122,4
LUCRO BRUTO		3.757,8	3.383,9	3.741,2	3.241,8
Despesas (Receitas) Operacionais					
Com Vendas	(20)	868,0	876,8	860,2	806,3
Gerais e Administrativas	(20)	801,2	777,9	800,6	770,5
Outras (Receitas) Despesas, Líquidas	(22)	(97,8)	(151,7)	(107,1)	(113,3)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		2.186,4	1.940,9	2.187,5	1.778,3
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras	(23)	111,1	81,0	105,7	73,7
Despesas Financeiras	(54,3)	(40,0)	(120,3)	(106,6)	(106,6)
Receitas com Variações Cambiais, Líquidas		2,1	9,3	(85,8)	10,3
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11)	7,5	7,4	156,1	224,7
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.252,8	1.998,6	2.243,2	1.980,4
Imposto de Renda e Contribuição Social	(24b)				
Corrente		642,8	534,5	634,1	516,5
Diferido		7,3	14,4	7,5	15,4
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.602,7	1.449,7	1.601,6	1.448,5
Lucro líquido por ação (básico e diluído) do capital social durante o exercício - R\$	(28)	1,05	0,95	1,05	0,95

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.252,8	1.998,6	2.243,2	1.980,4
Juros sobre empréstimos com sociedades ligadas		-	-	68,3	67,5
Juros sobre empréstimos em moeda nacional e estrangeira		11,2	9,7	11,2	9,7
Juros pagos sobre empréstimos		-	-	(64,2)	(69,9)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(592,1)	(501,6)	(589,0)	(482,5)	(589,0)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações		163,4	146,8	163,4	146,8
Resultado de equivalência patrimonial	(7,5)	(7,4)	(156,1)	(224,7)	(224,7)
Provisão para impairment de contas a receber e avais a agricultores	(24,5)	(36,6)	(24,5)	(36,6)	(36,6)
Provisões para contingências		6,2	(0,7)	21,4	(3,5)
Provisão para recuperação dos ativos de longa vida ("impairment")		(2,0)	(9,8)	(1,5)	(9,4)
Demais provisões	(13,3)	(4,7)	(11,2)	(8,6)	(8,6)
Baixa de produtos avariados e obsoletos		12,7	17,2	12,4	17,2
Valor residual do ativo imobilizado baixado		0,2	4,5	0,2	4,5
		135,2	109,3	4,1	(114,3)
Variações no capital circulante					
Contas a receber		130,3	(21,2)	56,8	(11,0)
Estoques		(122,6)	(45,7)	(121,4)	(45,9)
Outros ativos		(23,9)	(43,9)	(76,3)	(15,8)
Fornecedores		19,2	12,9	24,9	18,3
Tributos a recolher sobre vendas		5,0	33,0	5,0	33,0
Outros passivos		(9,4)	(5,2)	108,7	(40,2)
		(1,4)	(70,1)	(2,3)	(61,6)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.805,7	1.545,9	1.671,3	1.329,3
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos de coligada		6,2	18,0	6,2	18,0
Dividendos recebidos de controlada		7,5	7,9	7,5	7,9
Incorporação de Controlada		-	-	45,3	-
Adições ao imobilizado e intangível	(215,9)	(171,1)	(215,9)	(171,1)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimento		(202,2)	(145,2)	350,6	(137,8)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos - líquido		(353,9)	326,6	(353,9)	326,6
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	(1.583,7)	(1.211,7)	(1.583,7)	(1.211,7)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.937,6)	(885,1)	(1.937,6)	(885,1)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(334,1)	515,6	84,3	306,4
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.550,9	1.035,3	1.082,2	775,8
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.216,8	1.550,9	1.166,5	1.082,2
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(334,1)	515,6	84,3	306,4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício					
Outros componentes do lucro abrangente:					
Hedge de investimentos líquidos no exterior (Nota 7.3):					
Variação Cambial sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ com investida no exterior	(13,4)	-	-	(13,4)	36,0
Variação Cambial Reflexa sobre Empréstimos de Longo Prazo em US\$ de Investida no Exterior		13,4	-	13,4	-
Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior (Nota 11)	(4,6)	(73,7)	(4,6)	(73,7)	-
Hedge de fluxo de caixa (Nota 7.4):					
Variação Cambial sobre Empréstimos em Moeda Estrangeira	(27,0)	28,6	(27,0)	28,6	-
Instrumentos Derivativos (NDF-Non Deliverable Forward e Trava)		(27,6)	-	(27,6)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de					
Variação Cambial sobre Empréstimos		23,1	(22,0)	23,1	(22,0)
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)		(3,4)	(3,4)	(3,4)	-
Resultado abrangente		1.563,2	1.418,6	1.562,1	1.417,4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhões de reais

	2011	%	2010		2011		2010	
			%	%	%	%		
1 - RECEITAS								
Receita bruta (Nota 19)	13.177,6	100,0	12.953,6	100,0	13.150,4	100,0	12.799,0	100,0
Provisão para perdas com créditos e avais a agricultores e avais a	24,5	0,2	36,6	0,3	24,5	0,2	36,6	0,3
Outras (Receitas)/Despesas, líquidas	10,8	0,1	34,5	0,3	10,5	0,1	24,4	0,2
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
(inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)								
Matérias-primas consumidas	1.519,1	11,5	1.511,7	11,7	1.510,2	11,5	1.501,4	11,7
Custo das mercadorias e serviços vendidos	210,9	1,6	561,0	4,3	209,2	1,6	558,8	4,4
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	864,5	6,6	918,8	7,1	861,6	6,6	906,1	7,1
(Perda) Recuperação de valores ativos	5,8	0,0	(49,9)	(0,4)	(8,5)	(0,1)	(22,0)	(0,2)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	10.612,6	80,6	10.083,1	77,9	10.612,9	80,7	9.915,7	77,5
4 - RETENÇÕES								
Depreciações e amortizações	163,4	1,2	146,8	1,1	163,4	1,2	146,8	1,1
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	10.449,2	79,4	9.936,3	76,8	10.449,5	79,5	9.768,9	76,4
6 - RECEBIDO DE TERCEIROS								
Resultado de equivalência patrimonial	7,5	0,1	7,4	0,1	156,1	1,2	224,7	1,8
Receitas financeiras	114,1	0,9	82,3	0,6	131,4	1,0	76,1	0,6
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	10.570,8	80,4	10.026,0	77,5	10.737,0	81,7	10.069,7	78,8
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Colaboradores	613,9	5,8	568,4	5,7	613,2	5,7	564,1	5,6
Governo	8.272,4	78,3	7.950,1	79,3	8.263,9	77,0	7.932,9	78,8
Financiadores	80,5	0,8	57,4	0,5	257,0	2,4	123,9	1,3
Acionistas	1.504,2	14,2	1.333,7	13,3	1.504,2	14,0	1.333,7	13,2
Investimento	99,8	0,9	116,4	1,2	98,7	0,9	115,1	1,1
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	10.570,8	100,0	10.026,0	100,0	10.737,0	100,0	10.069,7	100,0

(*) A DVA não é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis e estimativas contábeis críticas

As práticas contábeis apresentadas a seguir foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Essas práticas vêm sendo aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Princípios de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais, do resultado e do fluxo de caixa corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas e de suas correspondentes mutações ou variações, segundo a sua natureza, complementada pelas seguintes eliminações:

- Das participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das sociedades controladas;
- Dos saldos de contas correntes e outras integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as sociedades, cujos balanços patrimoniais foram consolidados;
- Dos efeitos decorrentes de transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do “Grupo” (Souza Cruz S.A. e sociedades controladas, coligada e controlada em conjunto). Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Souza Cruz S.A. (Controladora) e as das seguintes subsidiárias:

Controladas	% de participação no capital total
Diretas	
Yolanda Participações S.A.	100%
Souza Cruz Trading S.A. (até 28 de fevereiro de 2011)	100%
Indiretas	
Yolanda Netherlands B.V.	100%
Souza Cruz Overseas S.A. (até 10 de maio de 2011)	100%

(b) Coligada

Empresas coligadas são aquelas em que a Companhia possui influência significativa, mas não exerce o controle sobre as políticas operacionais e financeiras. Influência significativa é geralmente obtida quando se detém entre 20% e 50% das ações com direito a voto. A Companhia reconhece as movimentações nesses investimentos com base no método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía apenas uma empresa coligada - Agrega Inteligência em Compras Ltda. (Nota 11).

(c) Empresa controlada em conjunto

São aquelas entidades cujas atividades são controladas em conjunto pela Companhia e por um ou mais sócios, mediante acordos contratuais ou estatutários. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía uma controlada em conjunto - Brascuba Cigarrillos, S.A. (Nota 1). As demonstrações financeiras da controlada em conjunto, Brascuba Cigarrillos, S.A. são consolidadas proporcionalmente, com base na participação de 50% da Companhia nessa investida. Os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos dessa sociedade são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção de nossa participação em seu capital social.

3.2 Base de conversão de moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual cada entidade atua. Essas demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são novamente mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de investimento líquido qualificadas.

(c) Controladas

Algumas controladas, direta ou indiretamente, possuem moeda funcional diferente da controladora, como (i) Souza Cruz Overseas S.A. (empresa incorporada em 10 de maio de 2011), (ii) Yolanda Netherlands B.V. (até 31 de dezembro de 2010, conforme detalhado no item (d) a seguir) e (iii) Brascuba Cigarrillos, S.A..

No caso de variação cambial de investimentos em controladas no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. O investimento nesse contexto inclui empréstimos entre companhias do grupo onde a liquidação não é planejada e nem é provável no futuro previsível.

Os mesmos procedimentos de conversão de moeda estrangeira são aplicados quando da utilização do método de equivalência patrimonial para investidas com moeda funcional diferente do Real, nas demonstrações financeiras individuais.

(d) Efeitos decorrentes da reorganização societária no Grupo

Conforme mencionado na Nota 1, em 28 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma reorganização envolvendo algumas de suas controladas com o objetivo de simplificar a estrutura societária do Grupo.

As operações conduzidas de forma autônoma pela subsidiária Souza Cruz Overseas S.A. eram pactuadas em dólares norte-americanos e, dessa forma, suas receitas, custos e geração de caixa ocorriam nessa moeda, sendo esta, portanto, a sua moeda funcional.

Considerando-se que a quase totalidade do fluxo de recursos financeiros na Yolanda Netherlands era proveniente das operações da Souza Cruz Overseas e sua dependência em relação a esta, sua moeda funcional também era o dólar norte-americano. Assim, seus ativos estão lastreados nessa moeda e, portanto, gerando exposição cambial para o Grupo. Tal exposição estava protegida por meio de instrumentos financeiros também lastreados em dólar norte-americano, como por exemplo, adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) e empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4.131).

Como resultado da transferência das operações da Souza Cruz Overseas para a Companhia, a moeda funcional da Yolanda Netherlands foi modificada para reais em 1º de janeiro de 2011, uma vez que ela se tornou basicamente uma extensão dos negócios da Souza Cruz no exterior.

Assim, as variações cambiais geradas por esses ativos e pelos instrumentos de proteção, que, até 31 de dezembro de 2010, vinham sendo contabilizadas no patrimônio líquido na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial”, passaram a ser contabilizadas diretamente no resultado a partir de 1º de janeiro de 2011.

3.3 Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas/contabilizadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos.

A receita é reconhecida da seguinte maneira:

(a) Venda de produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. As vendas de cigarro são reconhecidas no momento da entrega e aceite da mercadoria pelo cliente. O reconhecimento da receita de exportações de fumo ocorre em função dos termos negociados para embarque internacional, cuja modalidade usual é “free on board” com o reconhecimento da receita no momento que a mercadoria transpassa o costado do navio.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base “*pro rata*” dia com base no método da taxa de juros efetiva.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerais em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

3.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da existência dos referidos ativos e a finalidade para a qual foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia somente designou ativos financeiros na modalidade de “Empréstimos e recebíveis” e instrumentos financeiros usados para Hedge (Nota 7.4).

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão relacionados na Nota 7.2.

3.5.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos não foram vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que se tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.5.2 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia tempestivamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- difficuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; ou (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment* . O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* , se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

3.7 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio ponderado”. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.

3.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre compra de ativo imobilizado para as unidades fabris (R\$ 31,2), com realização em até 4 anos, diferencial de alíquota de ICMS entre os estados (R\$ 32,1) , créditos a título de PIS e COFINS relativos a períodos anteriores com base no trânsito em julgado de sua ação relativa a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo dessas contribuições, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98 (R\$ 69,2), imposto de renda/contribuição social (R\$ 11,3) e outros impostos a recuperar (R\$ 1,9). As despesas antecipadas representam, principalmente, contratos de locação de espaço e outras despesas inerentes às operações da Companhia.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

3.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados.
- Perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando aplicável – veja Nota 3.20. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (receitas) despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

3.10 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.11 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios). Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subseqüentemente, são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

3.13 Provisões para contingências

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

3.14 Incentivos fiscais

As subvenções fiscais para investimento, destinadas à aquisição de ativo imobilizado, vêm sendo diferidas e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício com base no saldo acumulado dessas subvenções, à medida que as despesas de depreciação do respectivo ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

3.15 Outros passivos circulante e não circulante

Outros passivos são, incialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subseqüentemente, mensurado pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva.

3.16 Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre a Companhia e empresas ligadas são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado acrescida de variação cambial no caso das empresas no exterior. A Companhia não possui responsabilidade por avais a suas sociedades coligadas. As operações são realizadas a valores, prazos e condições de mercado sempre que observáveis operações similares.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem a parcela corrente e diferida desses tributos. Os impostos sobre a renda que encontram-se dentro do escopo do CPC 32 e do IAS 12, são o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas dos balanços em que as controladas e coligada da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Esses tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.18 Plano de pensão para benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis, aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

(a) Plano de benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos de imposto de renda aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo e esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos é utilizado pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

A Companhia reconhece, de forma imediata e no patrimônio líquido, os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais.

(b) Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 21).

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo Adicional Proposto”.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

Ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e desde que aquele evento (ou eventos) tenha um impacto, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuro do ativo. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados.

Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível recuperação com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou circunstâncias. Nesse caso, as perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.21 Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a empregados e executivos planos de remuneração fixa e variável os quais possuem uma parcela referenciada ao preço das ações do acionista controlador, não havendo, no entanto, entrega/emissão de ações para liquidação. Esses valores são reconhecidos como despesa (2011 – R\$ 22,0), tendo como contrapartida uma provisão a pagar ao empregado. Na data do balanço, a Companhia revisa essas estimativas de benefício que são integralmente liquidadas em dinheiro.

3.22 Informações dos segmentos operacionais

A apresentação dos segmentos operacionais da Companhia considerou (i) a classificação utilizada pelo “tomador de decisões operacionais” – a diretoria da Companhia – quando das análises de resultado; (ii) a existência de informações financeiras para o segmento; (iii) o agrupamento de segmentos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles; e (iv) a materialidade e relevância das informações por segmento. Informações sobre segmentos são apresentadas em consonância com a estrutura dos segmentos de negócio e dos relatórios internos analisados pela administração da Companhia.

3.23 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, novamente mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* . Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge* .

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* , assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge* . Além disso, também é documentada a avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das variações originadas pelos itens a serem protegidos.

(a) Hedge de investimentos líquidos no exterior

Essas operações são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em “Outras receitas (despesas) operacionais” (Nota 7.3).

Conforme detalhado na Nota 3.2 (d), com a mudança da moeda funcional da Yolanda Netherlands B.V., a partir de 1º de janeiro de 2011, a aplicação da regra de contabilização do *hedge* referente ao investimento líquido no exterior foi descontinuada.

Apesar da mudança da moeda funcional, as diferenças cambiais geradas pelos contratos de financiamentos para exportação de fumo, mantidos pela Souza Cruz com sua subsidiária indireta Yolanda Netherlands B.V. (Nota 14), foram contabilizadas em outros resultados abrangentes, em conformidade com o IAS 21 e CPC 02, considerando-se que tais contratos eram enquadrados no conceito de “empréstimo permanente”. Em novembro de 2011, a administração da Companhia decidiu que irá liquidar esses contratos de forma definitiva e, por consequência, as diferenças cambiais apuradas a partir dessa data passaram a ser reconhecidas diretamente no resultado.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio líquido, até 31 de outubro de 2011, serão incluídos na demonstração do resultado caso a operação no exterior seja parcialmente alienada ou vendida.

(b) Hedge de fluxo de caixa

Os ganhos e perdas dessas operações são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e contemplam as variações cambiais geradas pelo instrumento de proteção. Esses ganhos e perdas são reclassificados para a demonstração do resultado (na linha de “Receita bruta de vendas”) no mesmo momento em que o fluxo de caixa protegido afeta o resultado, ou seja, quando ocorre a exportação prevista que é protegida pelo hedge. No entanto, se a Companhia espera que a parcela ou a totalidade da perda, reconhecida originalmente em resultados abrangentes, não seja recuperada, todo esse montante é imediatamente reclassificado para o resultado.

Além disso, a Companhia avalia trimestralmente a efetividade retrospectiva e prospectiva dessa operação e, como consequência, reconhece os respectivos efeitos contábeis em conformidade com o IAS 39 e CPC 38.

A parcela não efetiva do relacionamento de hedge entre o item protegido e seu instrumento de proteção é contabilizada diretamente no resultado.

Quando um instrumento de hedge prescreve, é vendido, ou liquidado antes de ocorrer a exportação objeto de hedge, ou quando um hedge não mais atende aos critérios de contabilização de hedge, todo ganho ou perda acumulada existente no patrimônio líquido naquele momento permanece inalterado até o momento em que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reclassificado para a demonstração do resultado. Quando não mais se espera que a transação anteriormente prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido reconhecida no patrimônio líquido é imediatamente transferida para a demonstração do resultado.

3.24 Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

3.25 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

4 Estimativas contábeis críticas

Estimativas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados quanto (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos e complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

As seguintes estimativas, derivadas de experiência histórica e de vários outros fatores que a administração julga como razoáveis e relevantes, sob certas circunstâncias, foram classificadas como sendo as de maior complexidade quando da preparação dessas demonstrações financeiras.

continuação

As normas contábeis requerem que seja apresentada uma análise sensível que demonstre os impactos decorrentes de variações hipotéticas nas taxas de câmbio sobre itens de ativos e passivos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de redução de 10% entre o real e o dólar dos Estados Unidos sobre aqueles itens em aberto na data das demonstrações financeiras consolidadas, compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE), fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, que representam um passivo líquido de US\$ 84,1 (R\$ 157,7). Uma variação de 10% do real em relação ao dólar dos Estados Unidos resultaria em um aumento ou redução de cerca de R\$ 16 no patrimônio líquido, cerca de R\$ 2,5 no resultado da Companhia.

6.2 Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e agricultores, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes e o rating de crédito é revisado regularmente.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito avaliadas por agências independentes de rating, além de manter limites financeiros de operações individualizados por instituição financeira.

6.3 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores, das garantias concedidas aos fornecedores, que tem vencimento de menos de 1 ano e, de empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota 14. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a 1 ano.

6.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital. A Companhia utiliza capital de terceiros para financiar parte do seu capital circulante bem como suas exportações de fumo, e utiliza capital próprio para a realização de investimentos de longo prazo. A distribuição de dividendos é também parte relevante da estratégia de gestão de capital, tendo a Companhia, nos últimos anos, destinado seus excedentes de caixa aos seus acionistas.

7 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e dados estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito não material nos valores de realização estimados.

7.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos a coligadas e outros ativos circulantes, cujos valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(b) Outros passivos financeiros

São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos financeiros que inclui instrumentos financeiros usados para Hedge (Nota 7.4). Os empréstimos estão sujeitos a juros com taxas correntes de mercado e à variação cambial, conforme descrito na Nota 14.

7.2 Estimativa com base no valor justo

Pressupõe-se que a estimativa de saldos de caixa a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigentes no mercado, para instrumentos financeiros similares. A Companhia utilizou os preços cotados em mercados ativos para instrumentos idênticos sobre a avaliação dos valores justos usados.

O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e justos dos referidos ativos e passivos:

• Consolidado

	Nível de classificação	2011		2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Empréstimos e recebíveis:	2		
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.216,8	1.550,9		
• Contas a receber (Nota 9)		348,3	466,1		
• Depósitos Judiciais (Notas 16 e 22)		182,0	133,2		
• Outros		17,5	25,1		
		<u>1.764,6</u>	<u>2.175,3</u>		
Instrumentos Financeiros usados para Hedge:	2				
• Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Nota 14)		182,4	182,4	489,8	489,8
• Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.4)		27,5	27,5	-	-
Outros passivos financeiros:	2				
• Fornecedores		191,9	179,4		
• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 14)		22,4	30,7		
• Adiantamentos de Clientes		3,6	8,8		
• Outras contas a pagar		45,6	33,4		
		<u>473,4</u>	<u>209,9</u>	<u>742,1</u>	<u>489,8</u>

• Controladora

	Nível de classificação	2011		2010	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Empréstimos e recebíveis:	2		
• Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		1.166,5	1.082,2		
• Contas a receber (Nota 9)		342,1	379,9		
• Depósitos Judiciais (Notas 16 e 22)		181,9	130,0		
• Outros		11,8	5,8		
		<u>1.702,3</u>	<u>1.597,9</u>		
Instrumentos Financeiros usados para Hedge:	2				
• Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Nota 14)		182,4	182,4	1.524,1	1.524,1
• Instrumentos Financeiros Derivativos - (Nota 7.4)		27,5	27,5	-	-
Outros passivos financeiros:	2				
• Fornecedores		190,4	172,2		
• Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (Nota 14)		22,4	30,7		
• Adiantamentos de Clientes		3,6	8,8		
• Empréstimos em US\$ com investida no exterior		1.160,9			
• Outras contas a pagar		44,1	28,7		
		<u>1.631,3</u>	<u>209,9</u>	<u>1.764,5</u>	<u>1.524,1</u>

7.3 Instrumentos financeiros não derivativos

Hedge de investimentos líquidos no exterior
 Conforme mencionado na Nota 3.2 (c), a Companhia possui participações acionárias no exterior cujas moedas funcionais divergem da moeda funcional da controladora. Segue abaixo um quadro resumo das empresas e respectivos países de domicílio, moedas corrente e funcional:

Empresa	País de domicílio	Moeda corrente		Moeda funcional	
		Real	Real	Real	Real
Souza Cruz	Brasil				
Yolanda Participações	Brasil				
Yolanda Netherlands	Holanda	Euro		2011 - Real (*)	
				2010 - US dólar	
				(Nota 3.2 (d))	

(*) Conforme detalhado na Nota 3.2 (d) com a mudança da moeda funcional da Yolanda Netherlands B.V. para reais a partir de 1º de janeiro de 2011, a aplicação da regra de contabilização do hedge referente ao investimento líquido no exterior foi descontinuada.

Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia contratava linhas de crédito em moeda estrangeira para minimizar essa exposição cambial. As principais linhas contratadas eram adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) e empréstimos em moeda estrangeira (operações 4.131) – veja Nota 14. Esses instrumentos eram contratados para proteger a totalidade da exposição cambial gerada pelos investimentos líquidos no exterior.

A efetividade dessa proteção era medida periodicamente pela administração com base no coeficiente de efetividade entre as variações cambiais geradas pelas duas "pontas" da operação – item protegido (investimentos no exterior) e instrumento de proteção (ACCs e operações 4.131).

As variações cambiais, geradas pelo item protegido e respectivo instrumento de proteção, foram contabilizadas no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial", e somente serão reclassificadas para a demonstração do resultado caso as participações acionárias no exterior sejam alienadas ou vendidas, parcial ou integralmente. Os impactos decorrentes dessa operação estão apresentados na Demonstração dos resultados abrangentes até 31 de dezembro de 2010. Vide detalhes em 3.23 (a).

Hedge de fluxo de caixa

Com a redução da posição de caixa em moeda estrangeira, conforme divulgado na Nota 8, os contratos de ACCs, que até então estavam designados para proteger a exposição cambial gerada por esse caixa, foram re-designados, em 30 de junho de 2011, para fazer face à volatilidade cambial dos recebíveis de exportações previstas de fumo.

Nesse sentido, as variações cambiais desses contratos de ACCs (instrumentos de proteção) são contabilizadas no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial", sendo reclassificadas ao resultado do exercício no momento em que os recebíveis de exportações de fumo (item protegido) impactarem o resultado, ou seja, no momento em que os embarques ocorrem. Nesse momento, os contratos de ACCs são vinculados aos recebíveis de exportação e, como consequência, os saldos de ACCs são reclassificados para ACEs.

A partir desse momento, as variações cambiais geradas pelas contas a receber e pelos saldos de ACCs são contabilizadas diretamente no resultado do exercício até o momento em que são liquidados, eliminando-se integralmente a volatilidade cambial no resultado da Companhia.

Os fluxos de caixa estão previstos para ocorrer e impactar o resultado entre os meses de julho de 2011 e de julho de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, essa estratégia de hedge se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

7.4 Instrumentos financeiros derivativos

Hedge de fluxo de caixa

Conforme mencionado na Nota 3.23 (b), a Companhia contratou, em 30 de junho de 2011, operações de NDFs (Non Deliverable Forward) e, em 17 de outubro de 2011, operações com trava de câmbio, ambos para mitigar a volatilidade cambial de parcela do fluxo de recebíveis de exportações de fumo. As principais características desses instrumentos podem ser resumidas como segue:

Derivativo	Instituição Financeira	Rating dos bancos	Data de Vencimento	Taxa a Termo	Montante (USD milhões)	Montante (R\$ milhões)	Valor justo (R\$ milhões)	Variação do valor justo (R\$ milhões) (*)
Travas de câmbio	Itaú BBA S.A.	BBB+	27/02/12	1,8751	2,0	3,5	3,3	0,2
			27/03/12	1,8751	2,0	3,5	3,3	0,2
			27/04/12	1,8751	2,0	3,5	3,3	0,2
			28/05/12	1,8751	2,0	3,5	3,3	0,2
			27/06/12	1,8751	7,0	12,3	11,4	0,9
			30/07/12	1,8751	8,5	14,9	1,0	
NDF	HSBC Bank Brasil S.A.	BBB+	27/04/12	1,6752	28,0	52,5	46,1	6,4
			28/05/12	1,6873	35,0	65,6	57,5	8,1
			27/06/12	1,6989	26,0	48,8	43,0	5,8
			30/07/12	1,7121	21,0	39,4	34,8	4,6
						Total	133,5	247,5

(*) contabilizado no patrimônio líquido

Os fluxos de caixa estão previstos para ocorrer e impactar o resultado entre os meses de julho de 2011 e de julho de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, essa estratégia de hedge se mostrou efetiva, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente.

7.5 Saldos e resultados dos instrumentos financeiros utilizados para hedge

	Data Contratos	USD milhões		R\$ milhões	
		Saldo contratado	Saldo em 2011	Patrimônio líquido	Receita bruta (*)
ACC	2011	281,0	97,2	(27,0)	(28,6)
NDF	30/06/11	110,0	110,0	(24,8)	-
Trava	17/10/11	37,5	23,5	(2,8)	(1,0)
Total		428,5	230,7	(54,6)	(29,6)

(*) Variação cambial reclassificada em 2011 quando do embarque das exportações.

7.6 Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

Em complemento às análises de risco mencionadas na Nota 6 e em conformidade com a Instrução CVM Nº 475/08, apresentamos abaixo "Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo" dos principais instrumentos financeiros, considerando-se que o principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de câmbio.

	Operação	Ganho (Perda) no resultado		
		Cenário Provável (R\$/USD) - 1,79	Cenário Possível - Depreciação do US\$ em 25%	Cenário Remoto - Depreciação do US\$ em 50%
Ativo Financeiro	Contas a receber de exportação	(0,8)	(4,4)	(8,7)
	ACC (Instrumento não derivativo)	8,3	45,6	91,2
	NDF (Instrumento derivativo)	(11,2)	46,5	93,0
Hedge	Contratos de trava de câmbio (Instrumento derivativo)	2,2	11,0	22,0
	Fluxo de embarque de fumo	0,7	(103,1)	(206,3)
	Efeito líquido no resultado	Nulo	Nulo	Nulo

• Hedge

Conforme divulgado nas Notas 3.23 (b) e 7.3, o risco cambial associado a parte do fluxo de embarque de fumo está protegido com contratos de ACC, NDF e de travas de câmbio, cujos efeitos são tratados conforme contabilidade de hedge de fluxo de caixa, ou seja, são reconhecidos inicialmente na demonstração dos resultados abrangentes e reclassificados ao resultado no momento em que os recebíveis do fluxo de exportações de fumo impactarem o resultado.

Caso os cenários mencionados anteriormente se materializem, os efeitos esperados na posição financeira da Companhia e em seu resultado são como segue:

ACC – Um cenário provável de apreciação de 4,5% do real em relação ao dólar dos Estados Unidos, obtida com base na expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil para 2012, resultaria em uma receita de R\$ 8,3 de contrapartida ao saldo de ACC no passivo circulante, enquanto que os cenários possível e remoto levam em consideração a deterioração da moeda norte-americana em, respectivamente, 25% e 50%. Nesses cenários, os efeitos seriam, respectivamente, R\$ 45,6 e R\$ 91,2.

NDF – Não foram reconhecidos ganhos ou perdas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, uma vez que os vencimentos desses instrumentos estão vinculados a embarques que ocorrerão em 2012. Todavia, considerando-se os efeitos de hedge de fluxo de caixa no patrimônio líquido, as operações de NDF gerariam um impacto negativo em R\$ 11,2, à luz do cenário provável, e de R\$ 46,5 e R\$ 93,0 nas hipóteses dos cenários possível e remoto, respectivamente.

É importante mencionar que, no cenário provável, foi considerada uma apreciação de 4,5% da taxa futura do real em relação ao dólar dos Estados Unidos, enquanto que nos cenários possível e remoto foram consideradas apreciações dessa taxa em 25% e 50%, respectivamente.

Contratos de trava de câmbio – a exemplo dos demais instrumentos, nos cenários provável, possível e remoto, os valores desses contratos gerariam ganhos nos valores de R\$ 2,2, R\$ 11,0 e R\$ 22,0, respectivamente.

• Ativo financeiro

Contas a receber de exportação – Conforme divulgado na Nota 9, a Companhia possui R\$ 17,4 de contas a receber indexados à variação da moeda norte-americana. O provável cenário de sensibilidade foi estimado considerando-se uma apreciação de 4,5% do real em relação ao dólar dos Estados Unidos. Os cenários possível e remoto levam em consideração a deterioração da moeda norte-americana em, respectivamente, 25% e 50%.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e Bancos	180,1	114,1	173,0	105,1
Aplicações em "time deposit"	28,9	437,1	-	-
Aplicações em fundos de investimentos	662,5	291,1	648,2	271,1
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	345,3	708,6	345,3	706,0
	1.216,8	1.550,9	1.166,5	1.082,2

Conforme divulgado na Nota 1, a administração da Companhia aprovou uma redução do investimento mantido pela sua subsidiária integral Yolanda Participações S.A. na Yolanda Netherlands B.V.. Dessa forma, o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa, mantidos em dólares norte-americanos ("time deposit") foi reduzido para R\$ 28,9 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 437). A redução do saldo total de caixa e equivalentes de caixa, deve-se, em parte, ao pagamento de dividendos e JCP no montante de R\$ 1.583,7 até 31 de dezembro de 2011. Os depósitos bancários de curto prazo são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituições financeiras que possuem classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

9 Contas a receber

(a) Composição do saldo

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Circulante				
Clientes	563,8	447,7	557,7	370,8
Adiantamentos sobre Cambiais Entregues	(216,9)	(1,0)	(216,9)	(1,0)
Contas a Receber de Agricultores	19,5	46,0	19,5	46,0
Provisão para Impairment	(26,2)	(48,0)	(26,2)	(48,0)
Outras	4,4	12,5	4,4	5,3
	344,6	457,2	338,5	373,1

Não Circulante - Contas a Receber de Agricultores e Outros

Parcela do saldo a receber de clientes mantido em dólares dos Estados Unidos	17,4	188,4	12,0	110,2
------------------------------------------------------------------------------	-------------	--------------	-------------	--------------

(b) Idade do saldo de contas a receber de clientes e de agricultores

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
A vencer	335,1	462,2	328,8	376,0
Vencidos até 180 dias	29,5	43,9	29,5	43,9
Vencidos há mais de 180 dias	9,9	8,0	10,0	8,0
	374,5	514,1	368,3	427,9

(b) Síntese das movimentações do saldo consolidado

	Custo do imobilizado bruto	Terrenos/Cercas	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Equipamentos de Processamento de Dados	Móveis e Utensílios	Outros Imobilizados	Total
Saldos em 2009	39,9	427,7	1.211,3	153,4	72,4	113,5	33,2	35,4	2.086,8	
Adições	-	3,1	42,4	17,7	94,5	2,4	1,6	4,3	166,0	
Transferências	0,1	3,1	38,7	7,3	(6,6)	(6,6)	2,5	6,0	(17,4)	
Baixas	(1,0)	(18,4)	(29,0)	(13,8)	-	(9,8)	(1,1)			

continuação

(a) Composição consolidada das provisões para contingências

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	71,3	1,0	74,9	147,2
Adições e reversões	15,2	8,3	(10,4)	13,1
Baixas por pagamento	(0,6)	(2,2)	(11,0)	(13,8)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	85,9	7,1	53,5	146,5
Adições e reversões	12,6	2,5	2,0	17,1
Baixas por pagamento	—	(0,4)	(10,5)	(10,9)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	98,5	9,2	45,0	152,7

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam R\$ 427 milhões (em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 244,9 milhões) relacionados às principais disputas em processos administrativos e judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível. A variação ocorrida entre 2010 e 2011 decorre, principalmente, da revisão de avaliação de riscos de alguns processos previdenciários.

(b) Composição consolidada dos depósitos judiciais

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	76,9	9,2	27,7	113,8
Saldos em 31 de dezembro de 2010	87,5	9,5	36,2	133,2
Saldos em 31 de dezembro de 2011	152,0	1,0	29,0	182,0

(c) Comentários sobre os principais processos envolvendo a Companhia e suas controladas (valores individuais acima de R\$ 30 milhões considerando a probabilidade de perda possível e provável):

I. Imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89 – risco máximo R\$ 30,4 milhões

Ação visando a declaração da inexistência de relação jurídica entre as autoras (Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, Contab-Continental - Participações, Administração de Bens e Planejamento S/A, Companhia de Cigarros Souza Cruz S/A e Cleb - Empreendimentos, Serviços, Negócios Comerciais e Industriais S/A) e a União Federal tendo por objeto a obrigação de pagar imposto de renda e contribuição social sobre a correção monetária da conta redutora de patrimônio líquido instituída pelo artigo 7º da Lei nº 7.799/89, que registrou os dividendos intermediários distribuídos no curso do período-base de 1989, correspondente ao exercício de 1990. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

Foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelas empresas, que, na sequência, interporam recurso de apelação. O referido recurso foi improvido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Rio de Janeiro e Espírito Santo (TRF-2). Em face do respectivo acórdão, foram interpostos recursos especial e extraordinário. O recurso especial foi conhecido parcialmente e, nessa parte, improvido. O recurso extraordinário, por sua vez, não foi conhecido, o que motivou a interposição de agravo de instrumento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que aguarda julgamento definitivo.

II. ICMS - Imunidade de Papel – risco máximo R\$ 48 milhões

Ação anulatória de débito fiscal com pedido liminar de antecipação dos efeitos da tutela visando suspender a exigibilidade do crédito tributário originário do processo administrativo nº 01.121532-4 e o seu posterior cancelamento. Processo ajuizado pela empresa Schweitzer-Mauduit, sendo a responsabilidade atribuída por contrato à Souza Cruz. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível.

Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela empresa Schweitzer-Mauduit. Houve interposição de recurso de apelação pelo Estado do Rio de Janeiro, ao qual foi negado provimento. Contra o respectivo acórdão, o Estado interpôs recurso extraordinário, que foi inadmitido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo de instrumento interposto pelo Estado.

III. IPI sobre cigarros sinistrados – risco máximo R\$ 37 milhões

As autoridades fiscais autuaram a Souza Cruz pelo não recolhimento do IPI sobre operações de vendas de cigarros que não se concretizaram por conta do roubo dos produtos antes da entrega ao cliente. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda dessa ação como possível. Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela Companhia. Em face dessa sentença, a União Federal interpôs recurso de apelação, ao qual, por maioria de votos, foi dado provimento. Contra o respectivo acórdão, foram interpostos embargos infringentes, ainda pendentes de julgamento no TRF-2.

Objetivando garantir a execução fiscal nº 2011.51.01.510560-6, foi depositado judicialmente o valor de R\$ 36.708 mil, em novembro de 2011.

IV. Taxa ANVISA de inspeção sanitária

A Companhia, suportada por mandato de segurança, vem depositando judicialmente os valores cobrados pela ANVISA a título da taxa de inspeção sanitária exigida no registro e renovação de produtos. Por entender que as possibilidades de perda nessa discussão são prováveis, esses valores se encontram provisionados. Em 31 de dezembro de 2011, o valor total provisionado corresponde a R\$ 52,6 milhões (em 31 de dezembro de 2010 – R\$ 46,9 milhões).

V. Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) – risco máximo R\$ 90,9 milhões

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entende que a Companhia deveria recolher o SAT em aliquota superior, enquanto a Companhia pretende a declaração da validade do seu auto-enquadramento, considerando o grau de risco de cada uma de suas Unidades.

A sentença que julgou improcedente o pedido da Companhia foi recentemente anulada, sendo determinado o retorno dos autos à origem para realização de perícia judicial e novo julgamento. A questão do auto-enquadramento para fins de incidência do SAT, é matéria que possui entendimento jurisprudencial favorável à tese da Companhia, tendo sido, inclusive, consignado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região essa possibilidade no caso concreto, por ocasião do julgamento do recurso de apelação da Companhia.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau defendido na ação proposta.

VI. Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) – Diferencial do SAT – risco máximo R\$ 52,3 milhões

Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) lavrada pela Diretoria da Receita Previdenciária de São Paulo, objetivando a constituição e recebimento do diferencial do SAT, apurado no período de 01/1994 a 01/2004.

A NFLD foi julgada improcedente em 1ª instância e no momento aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tese defendida pela Companhia, qual seja, de auto-enquadramento no grau de risco médio, sob a alíquota de 2% e não de 3%, encontra consonância com os investimentos realizados pela Companhia, na área de prevenção de acidentes, o que lhe garantiria o direito a revisão do enquadramento do seu grau de risco, conforme entendimento do Judiciário brasileiro sobre a matéria.

Além disso, a partir do Decreto 6.957/2009, a Companhia passou a ter reconhecido o grau de risco 2 (fabricação de cigarros), exatamente o grau sempre defendido pela Companhia.

(d) Responsabilidade pelo fato do produto

Em 31 de dezembro de 2011, havia 244 processos (em 31 de dezembro de 2010 - 293 processos) dessa natureza em andamento. De acordo com opiniões dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda das ações é considerada remota, não sendo requerido uma provisão referente à responsabilidade pelo fato do produto.

Até 31 de dezembro de 2011, o Judiciário Brasileiro havia proferido decisões em 497 casos, dos quais 490 (em 31 de dezembro de 2010 - 447) foram favoráveis à Companhia, e 7 (em 31 de dezembro de 2010 - 11) desfavoráveis (pendentes de recurso). Todos os 387 casos encerrados com decisões definitivas (em 31 de dezembro de 2010 - 329) são favoráveis aos argumentos de defesa da Companhia.

17. Incentivos fiscais

Referem-se a benefícios que vêm sendo concedidos desde 1997, com base no programa estadual de incentivos fiscais do ICMS - Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) do Estado do Rio Grande do Sul, para a construção da fábrica de cigarros na cidade de Cachoeirinha, município da região metropolitana de Porto Alegre, e da Usina de Processamento de Fumo, na cidade de Santa Cruz do Sul. Esses benefícios terminaram em junho de 2005.

Em agosto de 2005, o Programa foi estendido para contemplar a transferência para Cachoeirinha do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPD) e do Departamento Gráfico (DG), sediados no Rio de Janeiro naquela época, além da construção de nova linha de processamento de talos de folhas de fumo na cidade de Santa Cruz do Sul.

Os valores referentes a subsídios do Governo devem ser registrados em conta do passivo, com apropriação para o resultado baseado na realização do correspondente ativo incentivado.

Durante o exercício de 2011, R\$ 68,8 (2010 - R\$ 65,2) relativos à parcela não realizada foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante e R\$ 46,5 (2010 - R\$ 42,8) relativos à parcela realizada foram registrados na conta "Outras (Receitas) Despesas, Líquidas" no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os incentivos fiscais ainda não realizados, no montante de R\$ 355,5 (2010 - R\$ 333,2) foram registrados na conta "Incentivos Fiscais" no passivo não circulante.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social é composto de 1.528.450.500 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2011		2010	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Controle Acionário:	1.150.381.890	75,3%	230.076.378	75,3%
British-American Tobacco Company (Nederland) B.V.	1.150.381.890	75,3%	230.076.378	75,3%
Acionistas Minoritários:	378.068.610	24,7%	75.613.722	24,7%
Domiciliados no Exterior	254.467.930	16,5%	49.816.715	16,2%
Pessoas Físicas	106.975.211	7,0%	21.654.400	7,1%
Pessoas Jurídicas	16.625.469	1,2%	4.142.607	1,4%
	1.528.450.500	100,0%	305.690.100	100,0%

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2011, aprovou um desdobramento na ordem de 400%, ou seja, 05 (cinco) ações para cada 01 (uma) ação. Conseqüentemente, a quantidade de ações que compõem o capital social da Souza Cruz passou a ser de 1.528.450.500 (um bilhão, quinhentas e vinte e oito milhões, quatrocentas e cinquenta mil e quinhentas ações ordinárias sem valor nominal).

O objetivo do desdobramento das ações não foi proposta nenhuma alteração no valor do capital social da Companhia. O objetivo do desdobramento foi o de conferir liquidez às ações da Souza Cruz S.A.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Reserva estatutária para manutenção de capital de giro

Constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e a manutenção dos estoques da Companhia, assim como possibilitar a compra de safras futuras de fumo. O estatuto da Companhia determina que essa reserva pode ser constituída em valor de até 30% do lucro líquido do exercício e o seu saldo não poderá exceder a 80% do capital social.

(iii) Reserva de incentivos fiscais

A administração da Companhia propôs, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, a apropriação do valor dos incentivos fiscais para investimentos realizados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 46,5 (2010 – R\$ 42,8), à conta de "Reserva de incentivos fiscais" no patrimônio líquido.

(c) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em 31 de dezembro de 2011, a administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 699,5 com base no lucro apurado no exercício de 2011 e na realização da reserva de lucro - manutenção de capital de giro a ser referendado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi transferido para a reserva "Dividendo Adicional Proposto", conforme disposto na Deliberação CVM nº 601/2009. Esses dividendos serão reconhecidos no passivo quando houver aprovação em 2012.

Assim, considerando os juros sobre o capital próprio (JCP) de R\$ 25,7 declarados em dezembro de 2011 e a remuneração intermediária (JCP e dividendos) paga durante o ano de R\$ 806,0, a remuneração total dos acionistas por conta dos lucros obtidos no exercício de 2011 totalizara R\$ 1.531,2 (R\$ 1,001796 por ação), representando cerca de 96% do lucro líquido consolidado do exercício de 2011. Os dividendos propostos e os juros sobre o capital próprio declarados serão atualizados pela taxa SELIC a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data dos seus respectivos pagamentos.

	2011		2010	
	R\$ Milhões	R\$ por ação	R\$ Milhões	R\$ por ação
Lucro líquido do exercício (controladora)	1.601,6	1,05	1.448,5	0,95
Destinações e Alocações:				
Realização de Incentivos Fiscais	(46,5)	(0,03)	(42,8)	(0,03)
Reserva Legal	(48,8)	(0,03)	(72,4)	(0,05)
Realização de Reserva de Manutenção de Capital de Giro	27,0	0,02	72,4	0,05
Ajuste plano de benefício definido-ativos (CPC33)	(3,4)	—	—	—
Reversão de Dividendos Prescritos	(1,2)	—	0,4	—
Base de cálculo dos dividendos	1.531,2	1,00	1.406,1	0,92
Juros sobre o capital próprio - intermediário	78,6	0,051404	86,1	0,056362
Dividendo intermediário	727,4	0,475890	541,1	0,354000
Juros sobre o capital próprio - complementar	25,7	0,016818	29,8	0,019506
Dividendo Adicional Proposto	699,5	0,457684	749,1	0,490129
	1.531,2	1,001796	1.406,1	0,919997
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício consolidado	95,5%		97,0%	

19. Receita líquida das vendas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas	13.177,6	12.953,6	13.150,4	12.799,0
Tributos incidentes sobre vendas	(7.627,4)	(7.434,8)	(7.627,4)	(7.434,8)
Receita líquida das vendas	5.550,2	5.518,8	5.523,0	5.364,2

20. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Matéria-prima e materiais	(1.419,5)	(1.813,5)	(1.408,8)	(1.801,1)
Benefícios a empregados	(759,7)	(716,3)	(758,8)	(711,8)
Despesas com marketing	(341,0)	(350,2)	(336,6)	(346,5)
Serviços de terceiros	(301,8)	(301,9)	(301,0)	(300,9)
Depreciação e amortização	(163,4)	(146,8)	(163,4)	(146,8)
Manutenção e materiais diversos	(135,8)	(125,1)	(135,8)	(125,1)
Energia, água e comunicação	(67,0)	(59,5)	(67,0)	(59,5)
Despesas com viagens	(50,3)	(48,8)	(50,3)	(48,7)
Fretes, armazenagens, aduanas e outras	(43,7)	(44,8)	(43,7)	(44,3)
Contingências fiscais e trabalhistas	(40,8)	(14,4)	(40,6)	(11,6)
Alugueis	(30,0)	(29,4)	(30,0)	(29,3)
Impostos e taxas	(28,5)	(22,3)	(28,5)	(22,2)
Doações e patrocínios (Lei Rouanet, Fundo da criança e outros)	(15,9)	(16,8)	(15,9)	(16,3)
(Perda)/Reversão com créditos a agricultores e clientes	(14,7)	9,2	(14,7)	9,2
Seguros e sinistros	(15,8)	(18,5)	(15,8)	(18,5)
Despesas bancárias	(10,6)	(11,7)	(10,6)	(11,6)
Outras despesas	(23,1)	(18,8)	(21,1)	(14,2)
	(3.461,6)	(3.729,6)	(3.442,6)	(3.699,2)
Custo dos produtos vendidos	(1.792,4)	(2.134,9)	(1.781,8)	(2.122,4)
Despesas com vendas	(868,0)	(816,8)	(860,2)	(806,3)
Despesas gerais e administrativas	(801,2)	(777,9)	(800,6)	(770,5)
	(3.461,6)	(3.729,6)	(3.442,6)	(3.699,2)

Classificadas como:

Custo dos produtos vendidos	(1.792,4)	(2.134,9)	(1.781,8)	(2.122,4)
Despesas com vendas	(868,0)	(816,8)	(860,2)	(806,3)
Despesas gerais e administrativas	(801,2)	(777,9)	(800,6)	(770,5)
	(3.461,6)	(3.729,6)	(3.442,6)	(3.699,2)

21. Benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Salários, incluindo remuneração variável	(475,8)	(438,2)	(475,2)	(433,8)
Encargos sociais	(163,1)	(153,9)	(163,0)	(153,8)
Benefícios, assistência médica e outros	(108,6)	(103,7)	(108,3)	(103,7)
Planos de pensão	(12,2)	(20,5)	(12,3)	(20,5)
	(759,7)	(716,3)	(758,8)	(711,8)

22. Outras (receitas) despesas, líquidas

A composição da linha de "Outras (receitas) despesas, líquidas", apresentada na demonstração do resultado em 31 de dezembro, pode ser assim resumida:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receitas operacionais:				
Incentivos fiscais (Nota 17)	(46,5)	(42,8)	(46,5)	(42,8)
Recuperação de tributos e seguros (a)	(26,1)	(66,5)	(26,0)	(38,6)
Atualização de depósitos judiciais (b)	(23,6)	—	(20,1)	—
Recuperação de custos de estocagem e de estoques	(8,5)	(10,1)	(8,5)	—
Recuperação de créditos de contas a receber	(6,1)	(7,3)	(6,1)	(7,3)
Resultado na venda de bens do ativo não circulante	(7,0)	(8,5)	(7,0)	(8,5)
Resultado na venda de bens do imobilizado	(5,9)	(13,4)	(5,9)	(13,4)
Outras	(9,2)	(6,9)	(7,7)	(4,6)
	(132,9)	(154,5)	(127,8)	(115,2)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Despesas operacionais:				
Baixa de bens do ativo imobilizado	7,5	0,7	7,4	0,7
Provisão para impairment de ativos (c)	26,7	—	12,7	—
PIS e COFINS sobre outras receitas operacionais	0,1	0,4	0,1	0,4
Outras	0,8	1,7	0,5	0,8
	35,1	2,8	20,7	1,9
	(97,8)	(151,7)	(107,1)	(113,3)

a) Em 2010, a Souza Cruz e sua controlada Souza Cruz Trading S.A. reconheceram créditos a título de PIS e COFINS no montante total de R\$ 64,0 relativos a períodos anteriores com base no trânsito em julgado em 2010 de sua ação relativa a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo dessas contribuições, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98.

b) A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas para os quais possui depósitos judiciais. Em 2011 a Companhia reconheceu R\$ 23,6 a título de atualização monetária de seus depósitos judiciais.

c) No segundo trimestre de 2011, a Companhia reconheceu provisão para impairment do saldo de "adiantamento para futuro aumento de capital", mantido com sua controlada indireta Brasubca, no valor integral de R\$ 14,0. O reconhecimento dessa perda decorre da incerteza quanto ao potencial financeiro desse ativo, classificado nessas demonstrações financeiras na rubrica "Créditos com Controladas". Adicionalmente, também no segundo trimestre, foi constituída uma provisão para perda de um ativo referente a ICMS a recuperar no montante de R\$ 12,7 o qual a Companhia não possui expectativa favorável quanto à sua recuperação financeira.

continuação

Receitas/Custos/Despesas: Transações comerciais representadas por vendas de produtos, serviços, variações cambiais sobre adiantamentos recebidos/contas a receber da controlada indireta Souza Cruz Overseas e variação cambial e encargos sobre financiamento para exportação de fumo com sua controlada indireta Yolanda Netherlands B.V.. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía responsabilidade por avais a suas sociedades controladas.

(b) Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem transações comerciais com entidades interligadas ao grupo controlador no exterior, representadas por exportação de produtos e serviços, adiantamentos recebidos por conta de exportação de fumo e despesas com serviços de apoio técnico especializado. Os montantes dessas transações e saldos em 31 de dezembro são os seguintes:

Natureza da Operação	Montante envolvido no negócio	Nomes das partes relacionadas sob o mesmo controle que a Souza Cruz	Saldos em 2011	Saldos em 2010
----------------------	-------------------------------	---------------------------------------------------------------------	----------------	----------------

Contas a Receber:

Transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	518 milhões dólares	BAT (GLP) Limited	98,4	59,5
Prestação de serviços de análise laboratorial e de consultoria técnica de engenharia de processos.	3,4	CA.Cigarrera Bigott Sucs.	-	4,9
Prestação de Serviços de Informática	11,8	BASS (GSD) Limited	2,3	5,6
Prestação de serviços de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de Serviços de Informática.	1,9	Nobleza-Piccardo SAICYF	0,5	2,8
Contas a receber com outras companhias interligadas (inferior a 2 milhões)			19,4	16,3
			120,6	89,1

Contas a Pagar e Adiantamentos Recebidos:

Contas a pagar e adiantamentos recebidos por transações comerciais representadas por exportação de produtos/mercadorias (fumos e outras)	3,5	British American Tob Denmark A/S	-	3,3
	Pontual	BAT (GLP) Limited	1,0	-
Prestação de serviços de análise laboratorial, de consultoria técnica de engenharia de processos e de Serviços de Informática.	8,3	BAT (Holdings) Limited	6,8	-
Contas a pagar/adiantamento recebidos com outras companhias interligadas (inferior a 2 milhões)			2,2	5,1
			10,0	8,4

DIRETORIA

Andrea Martini
Presidente

Leonardo Forner Senra
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Adriano Alvim de Oliveira
Diretor

Maria Alicia Lima Peralta
Diretor

Dimar Paulo Frozza
Diretor

Fernando Luiz Mendes Pinheiro
Diretor

Fernando Chagas de Araújo Teixeira
Diretor

Jorge Araya Remagni
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jack Marie Henry David Bowles
Presidente

Andrea Martini
Vice-Presidente

Leonardo Forner Senra
Membro

João Pedro Gouvêa Vieira Filho
Membro

Luiz Felipe Palmeira Lamprea
Membro

Rudolf Hohn
Membro

Pedro Sampaio Malan
Membro

Carlos Ivan Simonsen Leal
Membro

CONSELHO FISCAL

Antonio Duarte Carvalho de Castro
Presidente

Humberto Casagrande Neto
Membro

Elizabeth Piovezan Benamor
Membro

CONTADORES

Andre Luiz de Souza Portugal
CRC – MG-076038/O-1 S-RJ
Contador Responsável

Alexandre Rodrigues Sobrinho
CRC-RJ - 106481/O-2
Gerente de Contabilidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Souza Cruz S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras¹ individuais da Souza Cruz S.A. (a “Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Souza Cruz. S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Souza Cruz S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Souza Cruz S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e a proposta de distribuição de dividendos, por conta do lucro líquido do exercício findo nessa data.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no parecer sem ressalvas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam por unanimidade que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Antonio Duarte Carvalho de Castro
Presidente Conselho Fiscal

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2012.
Humberto Casagrande Neto
Membro

Elizabeth Piovezan Benamor
Membro

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração – consolidado e controladora

O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar está apresentada a seguir:

	2011	2010
Remuneração fixa anual		
· Salários	10,4	7,9
· Benefícios diretos e indiretos	2,1	2,7
Remuneração variável		
· Participação nos resultados	13,0	6,5
	<u>25,5</u>	<u>17,1</u>

28. Lucro líquido por ação

O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício, conforme requerido pelo IAS 33 (“*Earning per Share*”). Em 2011, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas, nem ações potencialmente diluíveis.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do exercício	1.602,7	1.449,7	1.601,6	1.448,5
Quantidade de ações em circulação (milhares)	1.528.450,5	1.528.450,5	1.528.450,5	1.528.450,5
Lucro líquido por ação (básico e diluído) ao final do exercício - R\$	<u>1,05</u>	<u>0,95</u>	<u>1,05</u>	<u>0,95</u>

Para fins de comparabilidade, no cálculo do lucro líquido por ação de 2010 já foi considerado o desdobramento de ações mencionado na Nota 18(a).

29. Garantias prestadas e outras responsabilidades

A Companhia tem compromissos com os bancos, na forma de avais aos agricultores, provenientes de operações de crédito rural, no valor total de R\$ 88,2 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 165,9), vencíveis até o ano de 2017 (2010 - até 2016), os quais serão quitados pelos agricultores com fornecimento de fumo.

Para a determinação do valor justo dos avais que a Companhia estima honrar decorrente desses compromissos bancários, a Companhia mantém provisão para *impairment* classificada como redutora dos créditos a receber desses mesmos agricultores (Nota 15).

30. Reconciliação do EBITDA com o lucro líquido do exercício – consolidado

	2011	2010
EBITDA	2.357,3	2.095,1
Resultado financeiro (Nota 23)	58,9	50,3
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(650,1)	(548,9)
Depreciação e amortização (Nota 20)	<u>(163,4)</u>	<u>(146,8)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.602,7</u>	<u>1.449,7</u>

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Souza Cruz S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Souza Cruz S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Recomendação ao Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria da Souza Cruz, reunido em 08 de fevereiro de 2012, aprovou a seguinte declaração para o Conselho de Administração: “O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2011 e nas apresentações e esclarecimentos que recebeu da administração da Souza Cruz, assegura que a empresa adota as melhores práticas contábeis e de controles internos, reconhecidos, inclusive, pela auditoria externa, PricewaterhouseCoopers.

Examinados os resultados referentes ao exercício de 2011, a luz dos preceitos referidos, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração manifestação favorável sobre esses resultados, para que sejam posteriormente encaminhados à AGO - Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação.”

Rudolf Hohn
Presidente Comitê de Auditoria